

Recebido: 04.08.2025

Aprovado: 20.11.2025

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

O POTENCIAL TURÍSTICO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EM TERESINA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

EL POTENCIAL TURÍSTICO DEL PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EN TERESINA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS

Andréia Magalhães da Rocha¹

E-mail: andreiamagalhaes@ccsa.uespi.br

ORCID: 0000-0001-6933-4904

Gilvanyelle Sales de Oliveira Dias²

E-mail: gilvanyelledias@aluno.uespi.br

ORCID: 0009-0007-6015-5919

João Carlos de Oliveira Barros³

E-mail: joaobarros@aluno.uespi.br

ORCID: 0009-0001-2440-8452

RESUMO

Em meio à aceleração do cotidiano nas grandes cidades, os espaços públicos abertos ganham relevância como ambientes essenciais para o bem-estar, a convivência comunitária e a valorização cultural. Teresina, conhecida como "Cidade Verde" por seus moradores, abriga parques urbanos que oferecem áreas de lazer e contato com a natureza. Este artigo busca analisar o planejamento realizado pelos gestores e as transformações ocorridas no Parque Lagoas Do Norte (Teresina-PI) a partir da percepção dos residentes que vivenciam o dia a dia da região. Este trabalho utiliza metodologia de pesquisa de natureza descritiva com abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa de campo tendo como principais instrumentos de coleta de dados entrevistas e observações. Os resultados revelam que parte da comunidade ainda mantém esperança de que o projeto funcione de maneira eficaz, especialmente com melhorias voltadas para a segurança e a preservação dos espaços, enquanto outros expressam frustração, apontando abandono. Verificou-se que áreas inseridas no projeto se encontram em estado de má preservação, tanto pela gestão quanto pelos moradores o que desfavorece para o local contemplados pelo programa seja um lugar de lazer e possível atrativo turístico de Teresina-PI. No entanto, a continuidade de obras pertencentes ao programa, próximas ao parque, reacende expectativas positivas.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Planejamento turístico. Lazer. Programa Lagoas do Norte. PLN.

RESUMEN

En medio de la aceleración de la vida cotidiana en las grandes ciudades, los espacios públicos abiertos cobran relevancia como entornos esenciales para el bienestar, la convivencia comunitaria y la valorización cultural.

¹ Doutora em Turismo (UFRN). Professora do Curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

² Graduanda no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

³ Graduando no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

Teresina, conhecida por sus habitantes como la “Ciudad Verde”, alberga parques urbanos que ofrecen áreas de ocio y contacto con la naturaleza. Este artículo busca analizar la planificación realizada por los gestores y las transformaciones ocurridas en el Parque Lagoas do Norte (Teresina-PI) a partir de la percepción de los residentes que viven el día a día en la región. Este trabajo utiliza una metodología de investigación de carácter descriptivo con enfoque cualitativo. Se llevó a cabo una investigación de campo, cuyos principales instrumentos de recolección de datos fueron entrevistas y observaciones. Los resultados revelan que parte de la comunidad aún mantiene la esperanza de que el proyecto funcione de manera eficaz, especialmente con mejoras orientadas a la seguridad y la preservación de los espacios, mientras que otros expresan frustración, señalando abandono. Se constató que las áreas incluidas en el proyecto se encuentran en mal estado de conservación, tanto por parte de la gestión como de los propios residentes, lo que perjudica que los espacios contemplados por el programa sean lugares de ocio y posibles atractivos turísticos de Teresina-PI. Sin embargo, la continuidad de las obras pertenecientes al programa, próximas al parque, reaviva expectativas positivas.

Palabras clave: Planificación urbana. Planificación turística. Ocio. Programa Lagoas do Norte. PLN.

1. INTRODUÇÃO

O planejamento urbano desempenha um papel essencial na organização e no desenvolvimento das cidades. Refere-se ao conjunto de diretrizes e ações voltadas para o uso adequado do território, garantindo qualidade de vida, acessibilidade e sustentabilidade para os cidadãos. Urbanismo, conforme destacam Ribeiro e Silveira (2006), é compreendido como a ciência do planejamento urbano, com origem na França por volta de 1910, que surgiu da necessidade de ordenar a ocupação dos espaços urbanos de forma controlada e funcional.

Quando bem estruturado, o planejamento urbano também abre espaço para o desenvolvimento de outras áreas, como o turismo, que se destaca por sua capacidade de dinamizar a economia local, promover inclusão social e valorizar a identidade cultural de uma região. De acordo com Fernández (2020) e Conceição (2020) apud Vieira et al. (2024, p. 568), o turismo, enquanto atividade econômica, tem ganhado protagonismo na geração de renda e no fortalecimento do desenvolvimento local, especialmente em cidades de porte médio ou pequeno, desde que haja um planejamento adequado e integrado às políticas públicas.

Neste contexto, o presente artigo tem como foco o Programa Lagoas do Norte (PLN), especificamente no bairro São Joaquim, situado na região norte de Teresina. A proposta é refletir sobre o potencial turístico do programa e avaliar como ele pode contribuir para o fortalecimento do lazer e da economia na capital piauiense. O programa contempla um conjunto de 13 bairros, são eles: Acarape, Itaperu, Aeroporto, Mafrense, São Joaquim, Mocambinho, Matadouro, Olarias, Alto Alegre, Parque Alvorada, Nova Brasília, Poti Velho e Vila São Francisco, que além de sua importância ambiental, pode ser utilizado tanto pela população local quanto por visitantes, ampliando o uso público do espaço urbano e promovendo sua valorização.

Entretanto, observa-se que, apesar do potencial do PLN, existem falhas no seu

planejamento e execução que limitam sua consolidação como atrativo turístico sustentável. A pesquisa, portanto, se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre tais falhas e seus impactos, principalmente no que diz respeito à experiência do visitante e ao desenvolvimento da economia local. Ademais, o estudo visa colaborar com futuras pesquisas relacionadas ao PLN ou a projetos de natureza semelhante, tanto no âmbito acadêmico quanto em práticas aplicadas fora da universidade.

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente as falhas no planejamento do PLN, identificando os principais fatores que dificultam a consolidação dos espaços contemplados como atrativos turísticos e equipamentos de lazer sustentáveis. Também se busca avaliar os impactos dessas falhas na economia local e na experiência do visitante. Para guiar essa análise, parte-se da seguinte pergunta norteadora: Como o Programa Lagoas do Norte (PLN), apesar de seu potencial turístico, enfrenta desafios decorrentes da ineficácia do planejamento urbano e turístico?

A estrutura do artigo está organizada da seguinte maneira: inicia-se com o Referencial Teórico, no qual são abordados os conceitos de planejamento urbano e planejamento turístico como elementos centrais para o desenvolvimento das cidades. Em seguida, apresentam-se os aspectos metodológicos, descrevendo o percurso adotado na construção da pesquisa. Na sequência, é discutido o caso do PLN em Teresina, contextualizando suas origens, objetivos e implementação. Posteriormente, o artigo traz o Diagnóstico dos Efeitos do Programa, com foco nas falhas identificadas e nas limitações que comprometem sua efetividade.

O estudo também analisa os Impactos do Programa nas Comunidades Locais, considerando as implicações sociais, econômicas e territoriais para os moradores da região. Em seguida, o texto explora as Perspectivas e Expectativas para o Futuro do Programa, sugerindo possíveis caminhos e ações que podem contribuir para o aprimoramento da iniciativa. Por fim, o trabalho se encerra com as Considerações Finais, que sintetizam os principais achados da pesquisa, e com as Referências Bibliográficas utilizadas ao longo da construção teórica e analítica. Com essa estrutura, o artigo busca proporcionar uma leitura acessível, crítica e reflexiva sobre os desafios e possibilidades do planejamento urbano e turístico em Teresina, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este tópico objetiva apresentar os fundamentos teóricos que sustentam a análise proposta neste estudo, articulando conceitos relacionados ao planejamento urbano, ao planejamento turístico e à democratização do lazer no espaço urbano. A partir de diferentes autores como Rezende e Castor; Flora; entre outros, e documentos oficiais, busca-se compreender como o planejamento adaptado pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e turístico da cidade de Teresina. A fundamentação dialoga com políticas públicas nacionais e problemáticas locais, ressaltando a importância da articulação entre urbanismo, turismo e acesso ao lazer como estímulo para o crescimento da qualidade de vida e da identidade territorial.

2.1. PLANEJAMENTO URBANO

Segundo Rezende e Castor (2006, apud Pereira e Sancho-Pivoto, 2020), o planejamento urbano objetiva reconhecer tendências, incluindo os naturais (locais e regionais), para a evolução do espaço urbano, bem como estabelecer as regras de ocupação do território, definindo estratégias fundamentais e políticas públicas dos municípios, além de apresentar as proibições e limitações que deverão ser analisadas para manter e aumentar a qualidade de vida de seus moradores em sua totalidade. Dessa forma, torna-se fundamental compreendermos como está o panorama atual do planejamento urbano no contexto brasileiro.

Nessa perspectiva, Flora ([s.d]) afirma que o planejamento urbano no Brasil nasce como um tema questionável e contestável sob vários aspectos, devido ao seu viés técnico e, principalmente, ideológico, que por vezes gera entraves no que diz respeito à sua aplicabilidade nas cidades brasileiras. O autor enfatiza que ainda estamos distantes de uma solução definitiva, mas que discussões políticas e acadêmicas são o caminho mais assertivo para compreendermos e debatermos o tema em seu cerne.

Ainda sobre o cenário brasileiro, percebe-se, atualmente, que, por determinadas razões relacionadas à morfologia, demografia e protagonismo das cidades, o planejamento urbano foi menos descentralizado, ou seja, realizado especialmente em grandes metrópoles. Por conta disso, somos levados a questionar a possibilidade de as cidades médias estarem aquém do planejamento urbanístico (Flora, [s.d]).

Vale ressaltar que um planejamento urbano adequado deve ser fundamentado por práticas sustentáveis; caso contrário, um mau planejamento, ou a ausência dele, pode trazer diversas consequências. Logo, torna-se necessário unir práticas de conservação integradas à cultura, ao meio ambiente e à inclusão social (Silva e Gomes, 2020). Consequentemente, o

planejamento urbano pode contribuir diretamente para a difusão de cidades mais sustentáveis, resilientes e inclusivas, gerando bem-estar social.

Além disso, o planejamento urbano e o turismo estão intimamente relacionados, pois o planejamento bem estruturado do espaço urbano pode encorajar e fortalecer a atividade turística, além de contribuir para a preservação do patrimônio cultural e natural da cidade. Dessa maneira, esta busca criar uma infraestrutura compatível com o crescimento demográfico e o fluxo de visitantes, promovendo acessibilidade, segurança, preservação do patrimônio e espaços de convivência que atendam às necessidades tanto da população local quanto dos turistas que chegam à localidade, pois, como afirma Abgail Pereira em artigo publicado no portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2013: “um lugar só é bom para o turista se for bom para quem mora nele”.

Diante do exposto, a cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, enfrenta, atualmente, problemas relacionados à falta de planejamento urbano adequado, sobretudo no que tange ao processo de urbanização. Aterros, tamponamentos e retificações de seus cursos d'água em períodos chuvosos têm gerado à capital diversos problemas socioambientais, que vêm se agravando significativamente (Oliveira, Alencar e Lima, 2023). Inclusive, nas últimas três décadas, a capital presenciou períodos críticos de cheias, dentre as quais as mais intensas ocorreram durante os anos de 1985, 2004, 2008, 2009 e 2019 (Chaves, 2013, apud Oliveira, Alencar e Lima, 2023).

2.1.1. PLANEJAMENTO TURÍSTICO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE TERESINA

O planejamento turístico pode ser entendido como o ato de organizar as manifestações humanas acerca do território e tem como objetivo orientar a construção de equipamentos, ou seja, de infraestrutura adequada (urbana ou não) que proporcione facilidades e evite, dessa forma, o uso incongruente dos recursos da localidade, os quais, se mal geridos, podem acarretar sua destruição ou a redução de sua atratividade turística (Ruschmann, 1997). Logo, pode-se compreender que o planejamento turístico visa ao uso racional dos recursos e à promoção do desenvolvimento sustentável e que, se realizado de maneira adequada, pode ser considerado um vetor de desenvolvimento, tanto no âmbito econômico quanto no social e cultural, para uma comunidade.

A cidade de Teresina, apesar de ter um enorme potencial turístico ainda enfrenta desafios consideráveis no que se refere ao planejamento turístico. Além da falta de valorização

do poder público municipal, evidente na carência de políticas públicas integradas ao turismo e que dialoguem com o planejamento urbano, há, também, a percepção local dos moradores da cidade para com o que é o turismo, que tem uma consolidação da ideia de que este está associado, somente, ao segmento de sol e mar, pois como apontam Rocha e Macêdo (2016), a atividade turística trata-se de uma atividade recente no estado do Piauí. Dessa maneira, torna-se complexo para os residentes compreenderem o turismo local, já que a cidade não está localizada no litoral piauiense. Por outro lado, existem algumas iniciativas que estão sendo tomadas para que a cidade se desenvolva turisticamente.

A capital do Piauí está inserida na política nacional de regionalização do turismo. Em 2025, mais de 40 municípios piauienses passaram a compor o Mapa do Turismo Brasileiro, conforme divulgado pelo Governo do Estado (Piauí, 2025). Esses municípios estão distribuídos em sete regiões turísticas que, segundo a Secretaria, “possuem vocação turística comprovada ou são diretamente impactadas pelo setor, desempenham um papel estratégico no planejamento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do turismo no estado”. Segundo o Art. 2º da Portaria MTur nº 9/2025, o Programa de Regionalização do Turismo tem por objetivo “promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada [...]”.

O município apresenta um conjunto significativo de recursos turísticos que, se articulados por meio de políticas públicas integradas ao planejamento urbano, podem potencializar o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Espaços como o Parque da Cidadania, o Parque da Cidade e os parques contemplados pelo PLN ilustram a importância da valorização ambiental e da oferta de áreas de lazer qualificadas no contexto urbano. Soma-se a isso o expressivo calendário cultural da capital, com eventos como o Festival de Folgedos, a Cidade Junina e o Corso de Teresina, que movimentam diferentes segmentos econômicos e que fortalecem a identidade local. O patrimônio arquitetônico do Centro Histórico e a gastronomia típica teresinense com destaque para pratos como Maria Isabel, a tradicional Cajuína e a Bomba, que representam atrativos culturais que, ao serem incorporados ao planejamento urbano e à promoção turística, contribuem para a geração de empregos diretos e indiretos, além de fomentar o empreendedorismo e a inclusão social seguindo os preceitos de um planejamento turístico sustentável.

2.1.2. PERSPECTIVA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO LAZER NO ESPAÇO URBANO

O lazer, enquanto prática social, contribui para o desenvolvimento humano e, também, na construção da cidadania, sendo assim um elemento primordial para a qualidade de vida nas cidades. Segundo Requiya (1980, p. 35), o lazer pode ser considerado uma “[...] ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

À vista disso, entende-se que o lazer é uma dimensão fundamental da vida humana que pode estar ligada de maneira intrínseca ao bem-estar, ao descanso, à cultura e à convivência. Outro conceito fundamental para entendermos o que é o lazer é o de Dumazedier (1976), que afirma que o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Vale ressaltar, ainda, que o lazer é um direito constitucional, pois segundo a Constituição Federal, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, art. 6º). Logo, esta prática é considerada um direito básico para a população brasileira, assim como outros direitos básicos, mas que fundamentam nossa cidadania. No entanto, esse direito, infelizmente, não é acessível para todos.

Ainda é possível notar que há uma desigualdade e exclusão no acesso ao lazer nos centros urbanos, pois segundo Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), isso se deve especialmente ao deslocamento dos equipamentos de lazer para áreas mais nobres, o que diminui o acesso das populações das periferias. Os autores destacam, também, que, historicamente, os espaços de lazer estavam concentrados nos centros das cidades, mas com o processo de urbanização e especulação imobiliária, esses locais foram deslocados para regiões mais valorizadas, dificultando o acesso às comunidades menos favorecidas. Além disso, mesmo nas áreas centrais, há uma percepção de que esses espaços muitas vezes são restritos, o que pode inibir seu uso democrático, ampliando as desigualdades e exclusão no acesso ao lazer. Desse modo, as barreiras socioeconômicas, a falta de políticas públicas efetivas e a centralização dos equipamentos contribuem para uma diferença de acesso entre diferentes grupos sociais e áreas urbanas.

Nesse sentido, a democratização do lazer exige ações intersetoriais que promovam o acesso amplo e equitativo aos espaços urbanos, reconhecendo o lazer como parte indissociável

do direito à cidade, ou seja, o lazer deve ser levado em consideração para um planejamento urbano sustentável e também inclusivo. Além disso, torna-se necessário criar, manter e democratizar espaços públicos de lazer, com a participação da comunidade local e atenção à descentralização e à diversidade de públicos como, por exemplo, portadores de necessidades especiais ou até mesmo turistas nacionais ou internacionais. Portanto, a criação de espaços públicos para a prática do lazer e turismo pode ser considerada algo fundamental para que a comunidade possa desfrutar do seu momento de ócio, bem como de iniciativas de inclusão social, geração de renda e fortalecimento da identidade local. Assim, contribuindo para o desenvolvimento turístico da região.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, a qual, segundo Polit, Beck e Hungler (2004, apud Gerhardt e Silveira, 2009, p. 33), busca destacar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, permitindo compreender a totalidade do fenômeno no contexto de quem o vivencia. A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. O estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográfica e documental, com o intuito de aprofundar a compreensão dos conceitos abordados.

O estudo apresenta natureza descritiva, tendo como objetivo principal a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de possíveis relações entre variáveis (Gil, 2008). A pesquisa realizada neste trabalho é de campo, a qual, segundo Fonseca (2002, apud Gerhardt e Silveira, 2009, p. 37), caracteriza-se por investigações que, além da pesquisa bibliográfica ou documental, envolvem a coleta de dados diretamente com as pessoas, por meio de diferentes tipos de abordagem, como a pesquisa *ex post facto*, a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

A etapa de pesquisa de campo foi conduzida por meio da aplicação de entrevistas estruturadas. Inicialmente, foi realizada a definição do público-alvo a ser abordado, com o intuito de garantir que os participantes da pesquisa tivessem vivências significativas em relação ao objeto de estudo. Para isso, a equipe de pesquisadores realizou duas visitas ao bairro São Joaquim, localizado na região atendida pelo PLN.

A primeira visita teve caráter exploratório, permitindo uma análise preliminar do território e a identificação dos principais pontos estratégicos para a abordagem dos entrevistados. Ainda nesse momento, definiu-se que o foco da entrevista seria voltado para

moradores com maior faixa etária, preferencialmente residentes antigos da região, especialmente aqueles que vivenciaram o início da implementação do programa.

Na segunda visita, a equipe retornou ao local com o roteiro de perguntas estruturadas e realizou a abordagem dos participantes de forma respeitosa, e sensível à realidade local. Os entrevistados foram selecionados entre os moradores que residem ao redor das lagoas e também aqueles que circulavam pelas ruas próximas, garantindo um contato direto com pessoas que vivenciam cotidianamente os efeitos do programa em seu entorno.

As entrevistas contemplaram um total de quatro participantes, todos moradores do bairro São Joaquim desde antes ou durante a implantação do PLN, o que possibilitou a coleta de informações relevantes sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo. Para preservar a identidade dos participantes, os entrevistados foram identificados com códigos numéricos, como Entrevistado 1, Entrevistado 2, etc. Segundo Judd, Smith e Kidder (1991, apud Gil, 2008, p. 124), as perguntas em uma entrevista podem abranger diferentes aspectos da experiência humana, como o que as pessoas sabem, pensam, esperam, sentem, preferem ou fazem. Com base nesse referencial, foi elaborado um roteiro com seis perguntas, direcionadas à comunidade, buscando compreender as percepções dos moradores sobre as mudanças provocadas pelo programa, bem como os impactos sentidos no cotidiano e no território em que vivem.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados pelo PLN na comunidade do bairro São Joaquim, em Teresina. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Investigar os objetivos que fundamentaram a criação do PLN; avaliar a percepção da comunidade sobre os impactos do Programa; analisar o potencial turístico do Programa, propondo estratégias que contribuam para o planejamento e desenvolvimento sustentável desse equipamento de lazer.

4. O CASO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EM TERESINA

O PLN teve início em 2008, com a aprovação de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para sua primeira fase. O objetivo inicial era modernizar a gestão pública, requalificar os espaços urbanos e ambientais, além de promover o desenvolvimento socioeconômico das áreas contempladas (Jusbrasil, 2016).

Desde o início, o programa buscou beneficiar diretamente as comunidades locais, oferecendo oportunidades de geração de emprego, inclusão social e melhoria da infraestrutura urbana em regiões historicamente afetadas por enchentes (Semam, 2016). Além de melhorar

a qualidade de vida da população, a Prefeitura de Teresina também pretendia resgatar a autoestima dos moradores, valorizar os bairros atendidos, dinamizar a economia local e promover a recuperação ambiental.

A gestão do programa é realizada pela Prefeitura de Teresina, com apoio do BIRD e do Governo Federal, tendo como órgão executor a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN). As áreas selecionadas para o projeto foram definidas por sua vulnerabilidade social e ambiental, pois são cercadas por lagoas que, em períodos chuvosos, provocam inundações e colocavam em risco a vida e o bem-estar das famílias que residiam às margens ou próximo das lagoas. De acordo com Lopes e Moura (2006, apud Moura, 2016, p. 3), trata-se de uma região frágil, com ocupações irregulares e inadequadas ao uso urbano.

Em 2016, foi aprovado o financiamento da segunda fase do programa, com foco no fortalecimento da gestão, ampliação da infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem, sistema viário), além de ações nas áreas de saúde, educação, habitação e recuperação ambiental (Jusbrasil, 2016). O plano de governo de 2017–2020 propôs a ampliação das áreas atendidas e a inclusão do turismo como um novo eixo de desenvolvimento, reforçando o papel das políticas públicas no planejamento urbano sustentável.

No âmbito do planejamento urbano, é possível identificar três estágios das políticas públicas: o estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo, a criação de estruturas de proteção e reparação das áreas impactadas e, por fim, a promoção de ações indutoras que estimulam a participação da sociedade no desenvolvimento sustentável (Souto, 2022).

Nesse sentido, o PLN se insere como uma política pública que buscou responder a um problema concreto vivenciado pela população da zona Norte de Teresina. Por meio de ações planejadas e integradas, o programa não apenas atuou na reorganização do espaço urbano e na recuperação ambiental, mas também incentivou o protagonismo comunitário. Levantamentos bibliográficos e documentais demonstram que, ao longo dos anos, o PLN contribuiu significativamente para a melhoria das condições de vida e para o aumento da geração de renda entre os moradores das áreas beneficiadas, evidenciando a importância de políticas públicas que aliam planejamento técnico e escuta social.

Planejar, como afirma Molina (1997, apud Ribeiro e Silveira, 2006, p. 310), significa identificar variáveis importantes para adotar ações fundamentadas, capazes de transformar uma realidade. Com esse olhar, o PLN tem contribuído não apenas com melhorias em infraestrutura, mas também com a construção de um espaço mais digno, seguro e inclusivo para os moradores. Com um planejamento eficaz, o programa tem o potencial de transformar essas áreas em locais de convivência social, lazer e até mesmo atrativos para visitantes,

fortalecendo o turismo local.

De acordo com Fernández (2020) e Moraes Conceição (2020) apud por Vieira, et al. (2024, p. 568), o turismo, quando bem planejado, pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento de regiões pequenas e médias, promovendo a geração de renda e valorização local. No entanto, esse processo precisa ser construído em conjunto com os moradores, respeitando suas vivências e identidades. Fernandes (2015, apud Vieira, Anderson et al., 2024, p. 570) reforça que o planejamento urbano deve considerar tanto os aspectos físicos quanto os sociais e culturais, compreendendo como as pessoas se relacionam com o espaço onde vivem.

Reis (2001, apud Leite, 2017, p. 772) também nos lembra que a urbanização pode fortalecer a atratividade de uma cidade, desde que seja feita de maneira integrada e não fragmentada. Caso contrário, o espaço urbano se torna desigual, com usos restritos a determinados grupos. Nesse sentido, o turismo aparece como uma atividade que transforma o território, gera economia, visibilidade e relações sociais. É uma ferramenta que, quando bem aplicada, contribui para o desenvolvimento social, econômico e sustentável das cidades.

Assim, ao considerar que o turismo transforma os espaços e contribui para a visibilidade e o desenvolvimento local, é possível perceber que iniciativas como o PLN podem representar não apenas uma ação de requalificação urbana, mas também uma oportunidade de integração entre meio ambiente, sociedade e economia. A partir dessa compreensão, faz-se necessário refletir sobre os desafios ainda enfrentados e os caminhos possíveis para o fortalecimento dessas políticas públicas.

5. DIAGNÓSTICO DOS EFEITOS DO PROGRAMA

Esta seção apresenta uma visão do PLN, desde sua criação até as expectativas iniciais da população local em relação ao projeto. São abordadas as análises de campo realizadas pelos pesquisadores, com foco na percepção dos moradores sobre os impactos do programa e sobre a vivência em um espaço que possui potencial para se consolidar como atrativo turístico. Além disso, são apresentados os resultados obtidos por meio das entrevistas com residentes da área, bem como informações extraídas de documentos oficiais e referências bibliográficas consultadas ao longo da pesquisa. Por fim, discute-se a continuidade das expectativas da comunidade quanto ao futuro do programa e sua efetiva consolidação.

5.1. IMPACTOS DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE NAS COMUNIDADES LOCAIS

Desde sua implementação, o PLN promoveu mudanças significativas na vida dos moradores da região. Entre os avanços mais citados, destacam-se o controle dos alagamentos frequentes, a melhoria no saneamento básico e na limpeza urbana. O Entrevistado 4 destacou que “acabou os alagamentos que eram constantes [...] melhorou a questão também do saneamento, da própria limpeza do bairro em si”.

Outro ponto relevante foi a realocação de famílias que viviam em áreas de risco para moradias mais seguras, conforme relatado: “as pessoas que viviam em área de risco foram reassentadas em outros locais que têm segurança” (Entrevistado 4). Contudo, a falta de manutenção e a crescente insegurança na área têm comprometido o uso dos espaços públicos. Um morador apontou que “a própria segurança pública na região dos parques foi abandonada [...] hoje a gente já não vê mais como era antes” (Entrevistado 4). Essa situação tem favorecido atos de vandalismo e o abandono das estruturas de lazer do parque.

A Entrevistada 1 também destacou que, apesar de o parque ter sido bem aceito inicialmente, atualmente se encontra negligenciado pelo poder público. Ela afirma que evita frequentar o local, mesmo morando próximo, devido à sensação de insegurança. Em vez disso, prefere visitar outro espaço também contemplado pelo programa, mas situado em outro bairro, onde se sente mais segura.

Em relação às opções de lazer, o Entrevistado 4 ressaltou que “a primeira coisa foi a implementação de quadras esportivas, locais para caminhada. As próprias academias populares foram colocadas em vários pontos”. Entretanto, a Entrevistada 2 apontou falhas no planejamento, indicando que algumas academias ao ar livre foram instaladas em locais inadequados, sem sombra ou bancos próximos, o que compromete sua funcionalidade. Além disso, ela também nos informou que época ela solicitou que uma das academias ao ar livre fosse implementada próximo a casa onde vive, pois dessa forma, ela poderia cuidar e prestar auxílio de maneira voluntária aos idosos que comumente usam esses equipamentos, mas o seu pedido não foi atendido.

A insegurança aparece como tema recorrente nas falas dos entrevistados. O Entrevistado 4 reforça que “teve um tempo em que tinha guarda municipal, Polícia Militar... hoje não tem mais. Isso afasta as pessoas”. De forma semelhante, a Entrevistada 2 considera que a falta de segurança é um dos principais obstáculos para o uso do parque, inclusive por turistas, reforçando a ideia de que espaços públicos só são efetivamente apropriados pela

população quando oferecem conforto e segurança. Como defende Reis (2001, apud Leite, 2017, p. 771), a urbanidade depende de atributos físicos, sociais e culturais que viabilizem o uso prazeroso e seguro dos espaços urbanos por diversos segmentos sociais. Além disso, foi relatado o impacto do programa na valorização imobiliária da região. O Entrevistado 4 relatou: “os imóveis tiveram um aumento no valor exponencial [...] eu mesmo precisei me mudar”.

5.2. PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS PARA O FUTURO DO PROGRAMA

Durante as visitas realizadas pelos pesquisadores, foi possível observar uma obra em andamento em um dos parques contemplados pelo PLN, o que evidencia a continuidade da iniciativa e sua atuação no território. A partir dessa observação, as entrevistas com os moradores procuraram entender suas percepções e expectativas diante das reformas, incluindo a pergunta: "Quais são suas expectativas em relação às reformas atualmente em execução no parque?"

As respostas revelam diferentes perspectivas. Os entrevistados 1 e 4 demonstraram otimismo ao considerar que as obras podem contribuir para uma requalificação do espaço urbano, fortalecendo o sentimento de pertencimento e promovendo o zelo comunitário. Para eles, a criação de novos espaços de lazer pode atrair mais visitantes da própria capital e futuramente de outras regiões, o que, além de fortalecer os laços sociais, pode impulsionar a economia local. Destacaram ainda que, com maior movimentação de pessoas e atividades ao ar livre, a segurança tende a se tornar mais efetiva, proporcionando tranquilidade para que moradores de todas as idades usufruam do local.

Entretanto, essa visão esperançosa não é unânime. A Entrevistada 2 apresentou um olhar mais cético, argumentando que as obras anteriores já se encontram em situação de abandono, o que compromete a confiança na eficácia das novas intervenções. Para ela, a simples construção de equipamentos não garante o uso adequado do espaço, especialmente diante da ausência de manutenção e da presença de fatores que geram insegurança. Além disso, a Entrevistada 3, ressaltou o impacto que o abandono causa no local e, também, a falta de fiscalização principalmente nas lagoas em que muitas pessoas ainda poluem jogando lixo, o que afeta diretamente a biodiversidade e a atratividade do Parque.

Um exemplo recorrente nas falas dos entrevistados diz respeito à Praça dos Orixás, onde há um palco destinado a apresentações culturais. Apesar de sua proposta original, segundo a Entrevistada 2, o espaço tem sido ocupado à noite por pessoas em situação de

vulnerabilidade, usuários de narcóticos, etc., gerando medo na comunidade. Além disso, a moradora, cuja residência fica em frente ao local, relata que o ambiente, em vez de promover atividades culturais e recreativas, tornou-se um ponto evitado por jovens, crianças e adultos. O Entrevistado 4 complementa: "Se tivesse atrações culturais aqui, com certeza as pessoas viriam mais", apontando o potencial do espaço para dinamizar o turismo e fortalecer os vínculos comunitários.

A realidade vivenciada pelos moradores dialoga com a reflexão de Portuguesez (2001, apud Leite, 2017/2018, p. 773), ao afirmar que "o meio urbano [...] produz e reproduz modalidades de uso dos espaços, inclusive os destinados à recreação, a partir de perspectivas que eram inimagináveis até bem pouco tempo". Ou seja, a ausência de políticas de gestão eficazes pode fazer com que espaços planejados para o lazer e a cultura sejam ressignificados negativamente pelo uso cotidiano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas ao longo deste trabalho, observa-se que o PLN ainda desperta esperança em parte da comunidade, sendo percebido como um importante vetor de transformação urbana, social e turística. Contudo, também emergem sentimento de frustração e descrença quanto à gestão do projeto, especialmente devido à descontinuidade de suas ações e à insegurança presente em áreas que deveriam acolher e integrar os moradores. Falhas no planejamento do Programa também puderam ser evidenciadas, tanto nas falas dos entrevistados quanto nas observações realizadas pelos pesquisadores durante as visitas *in loco*.

As percepções dos moradores, aliadas às observações empíricas, indicam que, para que o programa atinja seu pleno potencial, é necessário um planejamento mais integrado, que contemple a manutenção contínua dos equipamentos, o reforço da segurança pública, a promoção de atividades culturais e o envolvimento efetivo da comunidade. Com base nesses elementos, torna-se possível resgatar os objetivos iniciais do PLN, contribuindo para a valorização do território, o fortalecimento da identidade local e a construção de um ambiente urbano mais justo, acessível e acolhedor para as atuais e futuras gerações.

Por fim, destaca-se o enorme potencial turístico da área contemplada pelo programa, especialmente na região do bairro São Joaquim. Iniciativas como atividades de ecoturismo, ações de educação ambiental, manifestações culturais, festivais, torneios esportivos, entre outras práticas, poderiam ser promovidos no local. Se bem planejadas e implementadas, tais

ações podem refletir positivamente na geração de renda, no fortalecimento das relações sociais locais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, conclui-se que é urgente uma revisão do projeto de implementação do PLN, bem como a continuidade de políticas públicas voltadas à manutenção, segurança e dinamização do parque, para que este se consolide como um dos principais atrativos turísticos de Teresina, sem deixar de priorizar, sobretudo, o bem-estar e a participação da comunidade local.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 9, de 24 de abril de 2025. **Estabelece diretrizes para o Programa de Regionalização do Turismo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2025.
- DE OLIVEIRA, Hannah Rossi Ribeiro Saraiva; DE ALENCAR, Anna Karina Borges; DE SOUSA LIMA, Fernanda Eduarda. **Faixas marginais de rios urbanos: uma análise do planejamento urbano em Teresina-PI**. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2023. Anais [...], 2023.
- DE PAULA FLORA, Douglas. **Cidades médias e planejamento urbano no Brasil: uma proposta de discussão**. [S. l.: s. n.], [s.d.].
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INGRID, Moura. **Projeto Lagoas do Norte e o reassentamento involuntário**. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/projeto-lagoas-do-norte-e-o-reassentamento-involuntario/357630070>. Acesso em: 13 maio 2025.
- LEITE, F. C. L.; HENZ, A. P. **Parques urbanos de Curitiba (PR): espacialidade, planejamento e turismo**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 767-788, nov. 2017/jan. 2018.
- MACEDO, Erminia Medeiros; ROCHA, Andréia Magalhães. **Percepção da população local sobre o fenômeno turístico: análises e reflexões (Teresina-PI)**. Revista Hospitalidade, v. 13, n. 2, p. 391-404, 2016.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena.

As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. Impulso, v. 17, n. 44, 2006.

PEREIRA, Abgail. **Um lugar só é bom para o turista se for bom para quem mora nele.** Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/artigo-um-lugar-so-e-bom-para-o-turista-se-for-bom-para-quem-mora-nele>. Acesso em: 26 maio 2025.

PEREIRA, Leandro Saar; SANCHO-PIVOTO, Altair. **Planejamento urbano, turismo e segregação socioespacial: o caso da Curva do Lacet em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.** Turismo: Visão e Ação, v. 22, n. 1, p. 141-161, 2020.

PIAUÍ. Secretaria de Turismo. **Mais de 40 municípios do Piauí integram o Mapa do Turismo Brasileiro em 2025.** Teresina: Setur-PI, 2025. Disponível em: <https://turismo.pi.gov.br/noticias/mais-de-40-municipios-do-piaui-integram-o-mapa-do-turismo-brasileiro-em-2025/>. Acesso em: 27 maio 2025.

REQUIXA, Renato. **Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, Vera Maria; SILVEIRA, José Roberto; SCHMIDT, Arno. **Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba-PR.** Turismo: Visão e Ação, v. 8, n. 2, p. 309-322, 2006.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta de. **Grandes projetos urbanísticos e padrão de governança: Programa Lagoas do Norte em Teresina – Piauí.** Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 2, p. 807–828, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13092>. Acesso em: 13 maio 2025.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

SILVA, Dweison Nunes Souza; GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **A sustentabilidade possível no planejamento urbano: um olhar sobre a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 9, n. 3, p. 348-363, 2020.

SOUTO, Gabriel Eloi Marinho. **Turismo como alternativa de planejamento urbano: a inclusão de Campina Grande na rede de cidades sustentáveis.** Geoconexões Online, v. 2, n. 1, p. 47-61, 2022.

TERESINA (Município). **Plano de governo 2017–2020.** Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2016. Disponível em: <https://assets.lupa.news/423/4233128.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

VIEIRA, Anderson Fontenele et al. **Planejamento urbano e turismo no município de Parnaíba, Piauí, Brasil.** Revista de Turismo Contemporâneo, v. 12, n. 3, p. 566-587, 2024.